

[illegible]



Nº DO PROCESSO	0008301/2022	DATA DE ENTRADA	22/06/2022 16:16:33
SETOR DO USUÁRIO			
COMISSÃO DE LICITAÇÃO			
ASSUNTO			
LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL			
COMPLEMENTO			
IMPUGNAÇÃO			

REQUERENTE GRAFICA CS EIRELI - EPP	
TELEFONE (18) 3203-1344	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

[illegible]

 <p>Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Maricá</p>	<p>Nº DO PROCESSO</p> <p>0008301/2022</p>	<p>DATA ABERTURA</p> <p>22/06/2022 16:16:33</p>
<p>REQUERENTE GRAFICA CS EIRELI - EPP</p> <p>ASSUNTO LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL</p> <p>COMPLEMENTO IMPUGNAÇÃO</p>		

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ – RJ

A **GRÁFICA CS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.651.441/0001-07, estabelecida em PRESIDENTE PRUDENTE - SP, situada na Rua ALBERTO PETERS, 537- Bairro: JD. PETROPOLIS, CEP.: 19.060-310, por seu representante legal Sr. MARCOS ALVES DE SANTANA, portador da carteira de identidade RG nº 19.330.331 SSP/SP, e inscrito sob o CPF nº 058.826.758-98, vem, tempestivamente à presença de V. Sas., com fundamento no artigo 41 e seus parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93, interpor a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO Nº 020/2022**, pelos seguintes fundamentos de fato e de direito:

A) DA TEMPESTIVIDADE

O Ato convocatório em seu item 17.1 “17.1– Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n.º 10.520/02 e da Lei n.º 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de proposta de preço, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113, da lei supracitada.” verifica-se tempestiva impugnação proposta dia **22/06/2022**, para sanar a irregularidade em questão.

B) DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

O edital informa que o julgamento será do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE”:

O edital informa também que “Registro de Preços para a **contratação de empresas especializadas na prestação de serviços gráficos visa a confecção de material gráfico (produção gráfica, impressão e acabamento)** por demanda, para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Maricá, conforme condições e especificações contidas neste instrumento”.

Critério de Julgamento: Menor preço por lote

DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

*O pregoeiro efetuará o julgamento das Propostas de Preços de acordo com as exigências contidas neste Edital e Termo de Referência, pelo **critério do menor preço global do lote***

Será declarada vencedora a licitante que apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE** e atender às exigências fixadas neste edital.

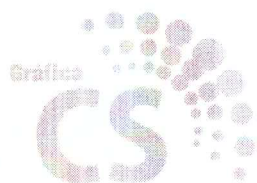
DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O julgamento das propostas de preços apresentadas para o objeto deste Termo de Referência será realizado pelo critério de menor preço global ofertado por Lote.

Neste sentido, o presente pregão será realizado e julgado pelo critério de Menor Preço Global por lote, declarando vencedor apenas e tão somente um licitante para cada lote. Assim sendo, faz-se necessário esclarecer que, o critério de julgamento adotado nesta licitação, qual seja, Menor Preço Global por lote, **dificulta a ampla participação das empresas interessadas, vez que para concorrer, estas são obrigadas a apresentar proposta para TODOS os itens licitados no lote.**

Verifica-se a GRANDE VARIEDADE de itens presente neste pregão agrupados em apenas um lote (lote 1), conforme mostra a tabela abaixo presente no edital:

LOTE 1					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	FOLDER 01 DOBRA 10x21cm (aberto) e 10x10,5cm (fechado) // couchê 150g // impressão 4x4 - IMPRESSO FRENTE E VERSO // BOPP // Refile	MILHEIRO	65	R\$ 818,74	R\$ 53.218,10
2	FOLDER 02 DOBRAS 10X30CM (aberto) e 10x10cm (fechado) // couchê 150g // impressão 4x4 - IMPRESSO FRENTE E VERSO // BOPP // Refile	MILHEIRO	39	R\$ 360,77	R\$ 14.070,03
3	FOLDER 02 DOBRAS 21X30CM (aberto) e 21x10cm (fechado) // couchê 150g // impressão 4x4 - IMPRESSO	MILHEIRO	39	R\$ 587,59	R\$ 22.916,01



	FRENTE E VERSO // BOPP // Refile				
4	Folder 01 DOBRA 15x21cm (aberto) e 15x10,5cm (fechado) // couchê 150g // impressão 4x4 - Impresso Frente e Verso // BOPP // Refile	MILHEIRO	39	R\$ 360,77	R\$ 14.070,03
5	Folder 01 DOBRA 31x45cm (aberto) e 31 x 22,5cm (fechado) // couchê 150g // impressão 4x4 - Impresso Frente e Verso // BOPP // Refile	MILHEIRO	39	R\$ 1.287,52	R\$ 50.213,28
6	Folder 02 DOBRAS 15x40cm (aberto) e 15x13,3cm (fechado) // couchê 150g // impressão 4x4 - Impresso Frente e Verso // BOPP // Refile	MILHEIRO	65	R\$ 464,35	R\$ 30.182,75
7	Folder 01 DOBRA 30x30cm (aberto) e 30x15cm (fechado) // couchê 150g // impressão 4x4 - Impresso Frente e Verso // BOPP // Refile	MILHEIRO	39	R\$ 907,31	R\$ 35.385,09
8	Folder 01 DOBRA 29,7x42cm (aberto) e 30x15cm (fechado) // couchê 150g // impressão 4x4 - Impresso Frente e Verso // BOPP // Refile	MILHEIRO	39	R\$ 3.238,24	R\$ 126.291,36
9	Cartão de visita tamanho 9 x 5 cm com verniz localizado, impressão frente e verso 4x4 // couchê fosco 300g // BOPP // Refile	MILHEIRO	39	R\$ 426,89	R\$ 16.648,71
10	Cartaz lâmina A4 (210x297 mm), impressão digital em papel couchê fosco 150g/m ² , Cores 4x0 (CMYK), acabamento em refile simples,	UNIDADE	1300	R\$ 6,40	R\$ 8.320,00

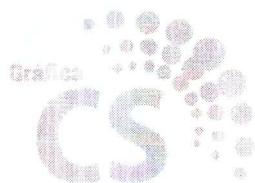
h

11	Cartaz lâmina A3 (297x420 mm), impressão digital em papel couchê fosco 150g/m², cores 4x0 (CMYK), acabamento em refilê simples	UNIDADE	1300	R\$ 9,44	R\$ 12.272,00
12	Revista em impressão digital, formato fechado A4 (14,8x21cm), formato aberto A3 (29,7x21cm) // CAPA couchê fosco 115g impressão 4x4 // MIOLO couchê brilho 90g impressão 4x4 // Acabamento com 2 grampos // 64 páginas // BOPP // Refilê)	UNIDADE	1300	R\$ 157,68	R\$ 204.984,00
13	Revista em impressão digital, formato fechado A5 (14,8x21cm), formato aberto A4 (29,7x21cm) // CAPA couchê fosco 115g impressão 4x4 // MIOLO couchê brilho 90g impressão 4x4 // Acabamento com 2 grampos // 64 páginas // BOPP // Refilê)	UNIDADE	1300	R\$ 44,60	R\$ 57.980,00
14	Revista em impressão digital, formato fechado A5 (14,8x21cm), formato aberto A4 (29,7x21cm) // CAPA couchê fosco 115g impressão 4x4 // MIOLO couchê brilho 90g impressão 4x4 // Acabamento com 2 grampos // 12 páginas // BOPP // Refilê	UNIDADE	1300	R\$ 23,76	R\$ 30.888,00

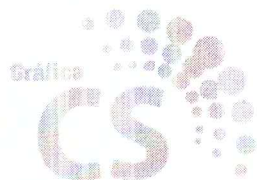


15	Revista em impressão digital, formato fechado A5 (14,8x21cm), formato aberto A4 (29,7x21cm) // CAPA couchê fosco 115g impressão 4x4 // MIOLO couchê brilho 90g impressão 4x4 // Acabamento com 2 grampos // 16 páginas // BOPP // Refile	UNIDADE	1300	R\$ 34,35	R\$ 44.655,00
16	Revista em impressão digital, formato fechado A5 (14,8x21cm), formato aberto A4 (29,7x21cm) // CAPA couchê fosco 115g impressão 4x4 // MIOLO couchê brilho 90g impressão 4x4 // Acabamento com 2 grampos // 24 páginas // BOPP // Refile	UNIDADE	1300	R\$ 35,19	R\$ 45.747,00
17	Livro 100 páginas, capa: couchê 250g acabamento em BOPP fosca, miolo offset 75g // dimensões: 21 x 29,7 cm (A4), dimensão aberta 42x297 (A3) acabamento colado em PUR	UNIDADE	1300	R\$ 215,59	R\$ 280.267,00

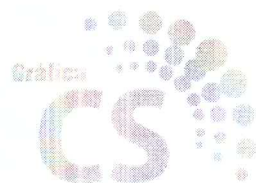
h



18	Livro 152 páginas, capa: couchê 250g acabamento em BOPP fosca, miolo offset 75g // dimensões: 21 x 29,7 cm (A4), dimensão aberta 42x297 (A3) acabamento colado em PUR)	UNIDADE	1300	R\$ 274,35	R\$ 356.655,00
19	Livro 200 páginas, capa: couchê 250g acabamento em BOPP fosca, miolo offset 75g // dimensões: 21 x 29,7 cm (A4), dimensão aberta 42x297 (A3) acabamento colado em PUR)	UNIDADE	1300	R\$ 331,60	R\$ 431.080,00
20	Livro 300 páginas, capa: couchê 250g acabamento em BOPP fosca, miolo offset 75g // dimensões: 21 x 29,7 cm (A4), dimensão aberta 42x297 (A3) acabamento colado em PUR)	UNIDADE	650	R\$ 9,30	R\$ 6.045,00
21	Adesivo/Etiqueta Vinil Branco 20x20cm Fosco Meio Corte Laminação Fosca Látex	UNIDADE	1000	R\$ 5,44	R\$ 5.440,00
22	Etiqueta em adesivo vinil/látex meio corte 8x6cm	UNIDADE	10000	R\$ 1,52	R\$ 15.200,00
23	Adesivo fosco - m2 + meio corte (látex) 0.226m x 0.066m	UNIDADE	1000	R\$ 3,36	R\$ 3.360,00
24	Adesivo Vinil M2 4x0 / Impressão Digital Vinil Branco 30x21cm Fosco Meio Corte Laminação Fosca Látex	UNIDADE	500	R\$ 9,60	R\$ 4.800,00
25	Catálogo 52 páginas 15x21 cm (A5) fechado e 21x30 cm (A4) - Papel Couchê 120 gr. - Dobra e 02 Grampos)	UNIDADE	1300	R\$ 75,59	R\$ 98.267,00



26	Certificado // couchê 250g // impressão 4x4, formato 21 x 29,7 cm (A4)	UNIDADE	1300	R\$ 12,92	R\$ 16.796,00
27	Credencial / Crachá Impressão Digital // Formato A6 - 105x148mm papel couchê fosco 250gr // Cores: 4x0 (CMYK) // Acabamento 2 furos superiores e cordão de nylon	UNIDADE	1300	R\$ 8,32	R\$ 10.816,00
28	Crachá em PVC espessura 0,76mm, tamanho 8,6x5,4cm - 4x0 cores	UNIDADE	650	R\$ 15,20	R\$ 9.880,00
29	Cordão para crachá 100% poliéster acetinado - 85cm de comprimento e 2cm de largura	UNIDADE	650	R\$ 6,24	R\$ 4.056,00
30	Pasta com abas internas, 31x45 cm, com faca de corte especial, com bolsa e corte para cartão 4/0 cores, papel cartão supremo 250 com laminação brilho.	UNIDADE	1300	R\$ 25,90	R\$ 33.670,00
31	Pasta com orelha impressão 4x0 em couchê brilho 250g tamanho 31x45cm	UNIDADE	1300	R\$ 10,35	R\$ 13.455,00
32	Caixas modelo maleta "GM" 28 comprimento x 18 largura x 18 altura cm	UNIDADE	6500	R\$ 6,24	R\$ 40.560,00
33	Botons resinados 3,5 x 3,5 cm 1.8 cm quadrado ou redondo com alfinete	UNIDADE	1300	R\$ 18,40	R\$ 23.920,00



34	Ecobag/Sacola TNT Largura 34cm x Altura 40cm / Altura da alça de 31 cm x Largura da alça 21cm Impressão: Serigrafia Cores 4 x 0	UNIDADE	1300	R\$ 12,00	R\$ 15.600,00
35	Camiseta promocional em algodão/poliéster 1 cor	UNIDADE	1300	R\$ 33,60	R\$ 43.680,00
TOTAL LOTE 1				R\$ 2.181.388,36	

Neste sentido, é visto que o LOTE em comento agrupa itens que possuem peculiaridades entre si, como por exemplo: “Camiseta promocional em algodão/poliéster 1 cor”, “Ecobag/Sacola TNT”, “Botons resinados”, “Caixas modelo maleta”, “Cordão para crachá 100%”, “Crachá em PVC”, pois são produtos distintos, de segmentos diferente do objeto em questão, assim, poucas empresas teriam condições de fornecer TODOS os produtos, por não comercializa-los na íntegra, razão pela qual NECESSITAM SER DIVIDIDOS EM LOTES DIFERENTES OU SEPARADOS POR ITENS. Uma empresa que possui autorização para vender IMPRESSOS GRÁFICOS, não necessariamente terá autorização para vender “Camiseta promocional em algodão/poliéster 1 cor”, “Ecobag/Sacola TNT”, “Botons resinados”, “Caixas modelo maleta”, “Cordão para crachá 100%”, “Crachá em PVC”, e assim por diante. Dessa forma, os produtos agrupados no lote em questão, comportam plena divisibilidade, sem comprometer o objeto da licitação. A junção de itens autônomos e distintos em um mesmo lote ofende gravemente a competitividade do certame e restringe a igualdade entre os licitantes, consequentemente é frustrada a busca pela melhor proposta.

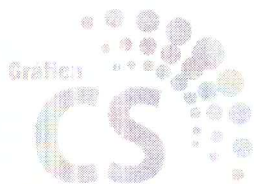
O julgamento por “menor preço global por lote”, em que o “LOTE 1” é formado por itens autônomos, IMPOSSIBILITA um maior número de empresas a participarem do pregão, pois a maioria das empresas não comercializam todos os itens listados acima. O que ocorre normalmente, são empresas que se dedicam a um único produto ou segmento, dessa forma, são especializadas, e por isso, oferecem melhor preço. Diante disso, é evidente a ilegalidade e acintoso ao princípio da Isonomia, obrigar que os licitantes comercializem 26 produtos diferentes. Essa exigência diminui drasticamente a competitividade do certame, e estabelece preferências. É afastado assim, o fim colimado do pregão: que é a escolha da proposta mais vantajosa, em ambiente de igualdade de condições aos licitantes.

Na medida em que o Lote 1 do Edital integra 08 itens, dos quais muitos desses itens são de segmentos diferente, e com isso autônomos, não resta dúvida que o ato convocatório consigna cláusula manifestamente comprometedor ou restritiva do caráter competitivo, caráter esse, que deve presidir TODA e QUALQUER licitação.

Em se tratando de licitação, há o pressuposto que haverá a participação do maior número possível de Licitantes, assim sendo, tal exigência em tela fere a Lei Federal nº 8.666/93 que assim dispõe:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do

h



desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991."

Infere-se, no artigo 3º, QUE É VEDADO À ADMINISTRAÇÃO A INCLUSÃO DE CONDIÇÕES QUE RESTRINJAM A PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ou que maculem a isonomia

das licitantes. Interpretando as disposições do artigo 3º, o ilustre especialista na área de licitação, o doutor MARÇAL JUSTEN FILHO assevera: "Os dispositivos restantes, acerca da licitação, desdobram os princípios do art. 3º, que funciona como norteador do trabalho hermenêutico e de aplicação da Lei das licitações. Nenhuma solução, em caso algum, será sustentável quando colidente com o art. 3º. Dentre diversas soluções possíveis, deverão ser rejeitadas as incompatíveis com os princípios do art. 3º". (in 'Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos', Ed. Dialética, 5ª edição, fls. 54).

Dessa forma, manter o Edital da maneira como está ofenderia até mesmo ao princípio da legalidade, que garante o direito de participação de QUALQUER INTERESSADO, sem que haja qualquer restrição, nos estritos termos da Lei. *Ad argumentandum*, estabelece o art. 23, § 1º da Lei nº 8.666/93, que estabelece:

"Art. 23

(...)

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)"

Verifica-se no acórdão abaixo:

12

Acórdão 2404/2010 Plenário (Relatório do Ministro Relator)

*"O TCU considerou **irregularidade** a agregação de serviços de natureza distinta, passíveis de parcelamento, em um único objeto de contratação, em desacordo com o disposto no art. 23, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/1993."*

Como ensina Marçal Justen Filho: "Nos termos do princípio geral considerado no art. 23, § 1º, aplica-se a regra da preferência pelo fracionamento da contratação, quando isso for possível..."

O fracionamento visa ampliar a competitividade..." (Idem, op. cit., p. 181)

É visto que a matéria tratada não exige maior debate jurídico, pois é assunto reiterado do Egrégio Tribunal de Contas da União, o qual já se pronunciou em diversos momentos:

O TCU, na Decisão 393/94 do Plenário, assim se posicionou:

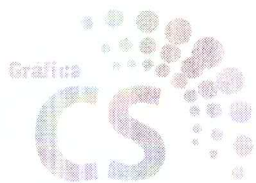
"firmar o entendimento, de que, em decorrência do disposto no art. 3º, §1º, inciso I; art. 8º, § 1º e artigo 15, inciso IV, todos da Lei nº 8.666/1993, é obrigatória a admissão, nas licitações para a contratação de obras, serviços e compras, e para alienações, onde o objeto for de natureza divisível, sem prejuízo do conjunto ou complexo, da adjudicação por itens e não pelo preço global, com vistas a propiciar a ampla participação dos licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam, contudo, fazê-lo com referência a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequarem-se a essa divisibilidade".

Na esteira desse entendimento, foi publicada a **SÚMULA Nº 247 DO TCU**, que estabeleceu que:

*"**É OBRIGATÓRIA a admissão da adjudicação por item e não por preço global**, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo*

em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade".

Para Jessé Torres Pereira Júnior, ao comentar acerca do parcelamento do objeto, o dispositivo quer **"ampliar a competitividade no âmbito do mesmo procedimento licitatório, destinado à compra da integralidade do objeto. A ampliação adviria da possibilidade de cada licitante apresentar-se ao certame para cotar quantidades parciais do objeto, na expectativa de que tal participação formasse**



mosaico mais variado de cotações de preço, BARATEANDO A COMPRA, DE UM LADO, E PROPORCIONANDO MAIOR ACESSO AO CERTAME A EMPRESAS DE MENOR PORTE, DE OUTRO". O

mesmo autor ensina que, existindo a possibilidade de parcelamento do objeto, esse é dever da Administração, sob pena de descumprir princípios específicos da licitação, tal como o da competitividade.

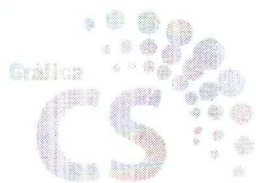
Dessa forma, segundo a Jurisprudência Pátria, a Administração não se compadece com o princípio da Igualdade entre os licitantes ao fazer exigência, em edital de Processo Licitatório, que visa a restringir o número de participantes (TRF, in RD 166/155). É observado também, nestes termos:

"Acórdão 2477/2009-Plenário

Evite a inclusão de itens que restringem injustificadamente o caráter competitivo do certame e contrariam, dessa forma, o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993."

A maioria das empresas licitantes, mesmo possuindo total condição de fornecer os produtos requeridos, não terão condições de participarem deste pregão, pois comercializam apenas alguns itens e não TODOS os 26 constantes no lote 01. Dessa forma, diminui a concorrência e consequentemente traz prejuízo financeiro ao órgão público. A Impugnante pretende, através do presente ato, que seja feito o desmembramento do Lote 01 do Edital, tornando os itens independentes entre si ou separando tais itens em mais lotes, que sejam REALMENTE do mesmo segmento, ampliando assim, o leque de empresas participantes do certame. Se o Edital restringe a participação de licitantes, torna-se impraticável o seu devido cumprimento, a presença do lote 01, com itens autônomos e distintos não se reveste de razoabilidade que deve nortear as contratações, pelo contrário, está dissonante com o seu fim colimado, assim deve ser impugnado o edital.

Verifica-se que se trata de uma matéria amplamente discutida pelo Tribunal de Contas, disciplinada em Lei e regida pelos Princípios Constitucionais que regem os atos da Administração Pública. Assim, de acordo com os fundamentos jurídicos aqui expendidos, que são fonte de valia universal perante a sociedade brasileira, e principalmente aos agentes públicos, - pois constituem proteção ao sagrado interesse público maior - razão esta suficiente a proclamar a retificação do edital referente à presença do "lote 01" e julgamento utilizando o critério de menor preço global, pelas razões supracitadas.



C) DO PEDIDO

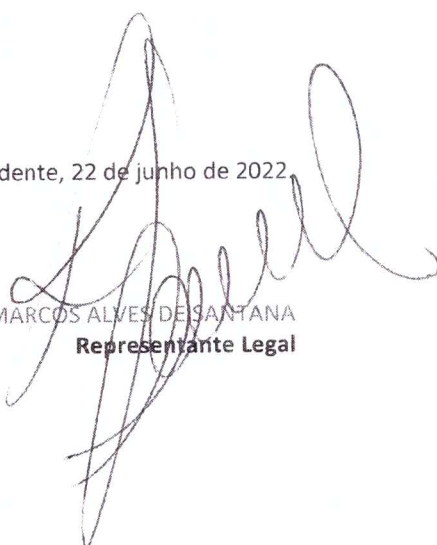
Requer que seja dado provimento a presente impugnação para que seja feito o desmembramento do Lote 01 do Edital para julgamento por item, excluindo assim, as características ora impugnadas do ato convocatório, retificando o Edital.

Nestes Termos,

P. Deferimento.



Presidente Prudente, 22 de junho de 2022.


MARCOS ALVES DE SANTANA
Representante Legal